

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CÂNDICE DE OLIVEIRA BOMFIM**

**TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
VITÓRIA DA CONQUISTA, EXERCÍCIO DE 2012: ESTUDO DE CASO NOS  
AVANÇOS E PERSPECTIVAS**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,  
2014**

**CÂNDICE DE OLIVEIRA BOMFIM**

**TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
VITÓRIA DA CONQUISTA, EXERCÍCIO DE 2012: ESTUDO DE CASO NOS  
AVANÇOS E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Pública.

Orientador: Prof. Wellington Prado Júnior.

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,**

**2014**

B696t

Bonfim, Cândice de Oliveira.

Transparências das contas públicas da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, exercício de 2012: estudo de caso nos avanços e perspectivas / Cândice de Oliveira Bonfim, 2014.

50f.

Orientador (a): Wellington Prado Júnior.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,  
Vitória da Conquista, 2014.

Referências: f. 42-43.

1. Contas públicas - Transparência. I. Prado Júnior, Wellington. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD: 657.61

**CÂNDICE DE OLIVEIRA BOMFIM**

**TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
VITÓRIA DA CONQUISTA, EXERCÍCIO DE 2012: ESTUDO DE CASO NOS  
AVANÇOS E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Pública.

Vitória da Conquista, 13 de janeiro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

Wellington Prado Júnior  
Mestre em Contabilidade (FVC)  
Professor Assistente da UESB  
Orientador

Flávio José Dantas da Silva  
Especialista em Auditoria Fiscal Contábil (UFBA)  
Professor Auxiliar da UESB

Jorge Luiz Santos Fernandes  
Mestre em Contabilidade (FVC)  
Professor Assistente da UESB

A você que esteve sempre ao meu lado, hoje podemos celebrar mais uma etapa finalizada, muito obrigada meu Deus!

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus criador poderoso, que me propiciou momentos de lazer, mas também desafios para que pudesse contornar o medo descobrir minhas forças e então concluir meus objetivos.

Aos meus pais e irmãos, pela dedicação amor e carinho, que entre altos e baixos estão sempre comigo. Aos meus familiares e amigos, obrigada por toda parceria, fortaleza nos meus momentos difíceis e companheirismos nas minhas alegrias.

Um salve especial a minha “Diretoria Loucontábeis” que construiu junto comigo a idealização de um sonho e hoje estamos perto para concretizá-lo.

Chegar até aqui me gerou algumas (várias) dúvidas e em toda essa correria encontrei pessoas que me estenderam a mão e assim agradeço com enorme coração a Jéssika Tavares e ao professor Luciano Santos, vocês foram determinantes para que eu permanecesse calma e seguisse em frente.

Ao meu orientador Wellington Prado que me forneceu importantes obras para que então pudesse elaborar minha pesquisa.

Enfim, a todos que caminharam ao meu lado, àqueles que de longe estavam, mas mesmo assim estavam em minha torcida, ficam aqui os meus sinceros agradecimentos.

A coisa principal da vida não é o conhecimento, mas o uso que dele se faz (TALMUD).

## RESUMO

Tendo como objeto principal de estudo o patrimônio, a Ciência Contábil, dedica-se à análise e apuração de informações corretas para uma melhor aplicabilidade por seus usuários, podendo estes serem pessoas físicas ou jurídicas, de pequena ou grande porte, pública ou privada. Através da Contabilidade é possível acompanhar e avaliar a situação financeira, operacional e administrativa de uma determinada empresa ou organização e, contudo, possibilitar a partir de seus relatórios e demonstrações contábeis o melhor caminho e estratégias para tomadas de decisões. No âmbito público a atuação da Contabilidade não é diferente, seu objetivo é captar informações registrar e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades que compõem a Administração Direta e Indireta dos entes públicos (união, Estados, Municípios e Distrito Federal). O registro e controle destas demonstrações devem ser elaboradas com dados reais e baseadas sobre o certame da Transparência possibilitando assim um acompanhamento de toda atuação por parte da sociedade. Se tratando de transparência nas informações, serão abordadas nesta pesquisa como estão ocorrendo os procedimentos de divulgação das informações das contas públicas da prefeitura municipal de Vitória da Conquista – BA no período de 2012, quais os avanços, o que os gestores almejam para melhoria desta prática.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Informações. Usuários. Tomadas de decisões. Situações orçamentárias. Transparência. Contas públicas.

## ABSTRACT

Having as main object the of study the patrimony, the Accounting Science, dedicated to the analysis and verification of correct information for better applicability by its users, these can be individuals or legal entities, small or large-scale business, public or private. Through Accounting it is possible to monitor and assess the financial situation, operational and administrative situation of a particular company or organization and, however, allowing by starting from their reports and financial statements and strategies the best way for making decisions. In the public sphere the role of Accountancy is not different, its goal is to capture information record and interpret the phenomena that affect the budgetary situations, financial and equity of the entities that compose the Direct and Indirect Administration of public entities (Union, States, Towns and Federal District). The registration and control of these statements shall be prepared with real data and based on the event of Transparency thereby allowing the monitoring of all activities by society. In the case of transparency in the information, the research approaches how the procedures for disclosure of information are taking place in public accounts of the city government of Vitória da Conquista – BA in the period of 2012, which the progresses are, what managers want to improve this practice.

**Keywords:** Patrimony. Informations. Users. Decision making. Budgetary situations. Transparency. Public accounts.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 TEMA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo Geral .....	11
1.2.2 Objetivos Específicos .....	11
1.3 PROBLEMATIZAÇÃO.....	11
1.3.1 Questão – problema.....	11
1.3.2 Questões Secundárias .....	12
1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA .....	12
1.5 JUSTIFICATIVA .....	12
1.6 RESUMO METODOLÓGICO .....	13
1.7 VISÃO GERAL .....	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
2.1 MARCO CONCEITUAL .....	15
2.2 ESTADO DA ARTE .....	16
2.3 MARCO TEÓRICO .....	18
2.3.1 Objetivo e Evolução da Contabilidade .....	18
2.3.1.2 <i>Informações Contábeis e suas Qualidades e Usuários</i> .....	19
2.4 CONTABILIDADE PÚBLICA ASPECTOS GERAIS .....	21
2.4.1 Contabilidade Pública: Conceito, objetivo e objeto .....	21
2.4.2 Campo de Aplicação da Contabilidade Pública .....	22
2.5 A ERA INFORMACIONAL E SEU ACESSO.....	23
2.6 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), A LEI DO ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) E DA LEI 4.320/64.....	24
2.6.1 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) .....	24
2.6.2 Lei do Acesso à Informação (LAI) .....	25
2.6.3 A Lei 4.320/64.....	26
2.7 TRANSPARÊNCIA SUA IMPORTÂNCIA E ASPECTOS LEGAIS .....	26
2.8 A TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS NA PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA .....	27

<b>2.8.1 Caracterização da Cidade.....</b>	<b>27</b>
<b>2.8.2 A Transparência das Contas Públicas na Prefeitura de Vitória da Conquista .....</b>	<b>28</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>30</b>
<b>5 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>34</b>
<b>5.1 IDENTIFICAR OS MÉTODOS UTILIZADOS PARA A PUBLICIDADE DAS INFORMAÇÕES.....</b>	<b>34</b>
<b>5.2 VERIFICAR SE A ATUAÇÃO DA PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA PERANTE A TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS SE ATENDEM AOS ASPECTOS LEGAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>5.3 DESCOBRIR AS VANTAGENS E IDENTIFICAR OS AVANÇOS RESULTANTES PELA TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS PARA A GESTÃO DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>38</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Estimular a participação da sociedade na gestão pública é um fato que continuamente vem sendo discutido tanto pela administração pública, quanto pelo povo. Entender e ter acesso aos atos do Governo é um exercício garantido a todo cidadão e a transparência pública é o reflexo deste exercício.

A transparência então, como reflexo da cidadania equivale-se ao ato de se “mostrar”, ou seja, é o ato de revelar as informações, deixar-se ver. Por ser representante do povo e agir em nome e em interesse deste, os administradores públicos devem estar atentos à publicidade de suas atuações.

Para que essa prática possa-se cumprir devidamente, entre outras legislações temos a promulgação da Carta Magna, Constituição Federal (CF), de 1988, que possibilitou aos brasileiros a existência de um Estado Democrático de Direito, que dentre os direitos e garantias, a CF vem a permitir o direito de conhecimento de informações sejam elas de interesse particular ou coletivo.

Assim, com a promulgação da Constituição Federal, é possível obter a participação do povo sobre as práticas governamentais, além de caracterizar a democracia através do acompanhamento e fiscalização, tem por objetivo principal, assegurar e defender o interesse público.

Com relação a contas públicas, tais informações podem associar dados monetários como também os não monetários, de natureza financeira, orçamentária e operacional. Ter conhecimento das contas também é um direito de todo cidadão, e ter o seu acesso ou o controle deste, são mais umas das premissas que qualificam o termo “Transparência”. Sendo assim, a pesquisa baseou-se nos principais fundamentos do seguinte tema:

### 1.1 TEMA

#### **Transparência das Contas Públicas da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Exercício de 2012.**

Por ser um tema bastante discutido atualmente o termo “transparência” continuamente, vêm ganhando destaque entre os governantes e a sociedade, que em síntese evidenciam-se os deveres dos gestores na administração pública e o direito de acompanhamento e conhecimentos dessas práticas pelos cidadãos.

Inserida na Contabilidade Pública, a presente pesquisa demonstra a atuação da Administração Pública, mais precisamente na prefeitura de Vitória da Conquista e a publicação de suas contas a população.

Entre os autores que mais explanam sobre a contabilidade pública e suas vertentes, temos Diana Vaz de Lima e Róbison Gonçalves de Castro, Domingos Poubel de Castro e Leice Maria Garcia; Inaldo Araújo e Daniel Arruda, autores estes que serviram de base fundamental para a elaboração da pesquisa.

Já a transparência além de citada nas obras destes autores também vem sendo bastante discutida em meios eletrônicos como a *internet*. Fonte esta, que contribuiu de modo primordial, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Assim, a pesquisa em questão buscou estudar a gestão da prefeitura de Vitória da Conquista – Ba, com base na aplicabilidade do projeto de transparência e acesso as contas públicas durante o exercício de 2012, baseado nos seguintes objetivos:

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Estudar os avanços e as perspectivas da transparência das contas públicas da Prefeitura de Vitória da Conquista no exercício de 2012.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Identificar os métodos utilizados para a publicidade das informações;
- b) Verificar se a atuação da prefeitura de Vitória da Conquista perante a transparência das contas públicas se atendem aos aspectos legais; e,
- c) Identificar as vantagens e identificar os avanços resultantes pela transparência das contas públicas para a gestão do município.

## **1.3 PROBLEMATIZAÇÃO**

### **1.3.1 Questão – problema**

Sobre a transparência das contas públicas da Prefeitura de Vitória da Conquista, no exercício de 2012: Quais os avanços e perspectivas?

### **1.3.2 Questões Secundárias**

- a) Quais os métodos utilizados para a publicidade das informações?
- b) Como se dá a atuação Prefeitura de Vitória da Conquista perante a transparência das contas públicas? Essa atuação atende aos aspectos legais?
- c) Quais as vantagens e os avanços resultantes desse processo? Há perspectivas, quais?

### **1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA**

A transparência na administração pública é um direito garantido aos brasileiros e uma obrigação imposta aos administradores públicos. A publicidade dos atos públicos na prefeitura de Vitória da Conquista, dentre outras vertentes, possibilita uma política de diálogo entre a sociedade e os gestores públicos, onde ficarão a mostra para os cidadãos um maior conhecimento de suas ações, a verificação da destinação dos recursos e sua licitude.

### **1.5 JUSTIFICATIVA**

Os administradores públicos atuam em nome dos cidadãos, logo, utilizar conscientemente os recursos públicos, com atos que viabilizam o progresso da sociedade é uma obrigação destes, assim como é dever e direito de todo cidadão ter acesso a estas práticas e agir em caso de ilicitudes e irregularidades. Sendo assim, ter acesso a estas atuações e participar através, principalmente, de sua fiscalização é uma das prerrogativas da caracterização da cidadania garantidas por lei, daí, a importância desta temática que demonstra uma das participações da sociedade para com a coisa pública.

Trata-se de um tema que continuamente sua divulgação e prática tem se inserido num contexto recente, logo é uma temática que demonstra a importância de falar sobre, e desvendar seus preceitos e objetivos para um melhor entendimento por parte da sociedade.

Por abordar a prática da atuação pública da prefeitura de Vitória da Conquista, durante o exercício de 2012, esta pesquisa possibilitará a sociedade conquistense um conhecimento

mais apurado sobre o que é Transparência, como funciona, como ocorre o acesso e o que tem propiciado em termos de avanço para a comunidade.

Aos usuários da Contabilidade, essa pesquisa demonstrará a importância da Contabilidade Pública tornando evidente a utilidade da Contabilidade Pública Gerencial como ferramenta subsidiadora dos processos de tomada de decisão, como também o controle e demonstração da execução dos demonstrativos orçamentários, os atos, fatos e variações do patrimônio público. Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa possibilitará entender como funciona a “máquina pública” e quais artifícios podem ser utilizados para que se viabilize melhor seu estudo e participação, cabendo ressaltar a importância para os discentes da área de Ciências Contábeis, já que é uma área que se utiliza bastante de termos e técnicas contábeis os discentes poderão visualizar de maneira mais holística as diretrizes dos entes públicos e seu estudo de maneira mais profunda sobre como foi arrecadado e como foi aplicado os recursos financeiros.

Ao final desta pesquisa, entende-se que os resultados encontrados depois de verificado os avanços que a Transparência vem possibilitando ao município de Vitória da Conquista, tem contribuído também para um estreitamento entre a sociedade e a prefeitura e seu maior conhecimento a respeito do compromisso do mesmo com o bem público, além de conscientizar a população de uma maneira mais sólida a respeito dos seus direitos e deveres como cidadãos.

## **1.6 RESUMO METODOLÓGICO**

Para a confecção deste trabalho delimitou-se para observação em um estudo de caso com foco na transparência das contas públicas da prefeitura de Vitória da Conquista, pautada em uma abordagem qualitativa, com caráter de análise indutivo. Para a coleta de dados, utilizaram-se investigações em acervos bibliográficos, eletrônica e na resolução de um questionário aplicado na Secretaria de Transparência desta mesma cidade, respondida pelo assessor de gabinete.

## **1.7 VISÃO GERAL**

Esta pesquisa contém cinco capítulos. O primeiro refere-se à introdução que apresenta o foco principal do estudo. O segundo apresenta-se dividido em três importantes partes: Marco Conceitual, Estado da Arte e Marco Teórico. O terceiro capítulo destina-se a

apresentação da Metodologia que foi utilizada para a confecção da pesquisa. Já o quarto capítulo destinou-se ao estudo dos dados obtidos contendo as respostas dos objetivos e questões propostos no início da pesquisa. E por fim, o quinto capítulo que foi composto pelas Considerações Finais objetivando resumir toda a pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 MARCO CONCEITUAL

Entender o significado de alguns termos é de suma importância para compreensão e adequado entendimento deste trabalho. Sendo assim, nesta sessão serão apresentados os conceitos mais abordados durante toda a pesquisa.

Primeiramente é preciso salientar que a participação popular no que tange a ter conhecimento das atividades dos gestores públicos é um direito garantido através da Constituição Federal de 1988, como podemos observar:

Art.5º XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, podemos afirmar que segundo os direitos fundamentais da Carta Magna, a Publicidade é um instrumento que assegura aos brasileiros o conhecimento e a maior transparência possível da administração pública, seja no quesito da divulgação oficial de seus atos como também da atitude interna dos seus agentes públicos, independentemente de solicitações.

Para os autores De Castro e Garcia (2008, p. 348) o termo cidadão significa “indivíduo no gozo pleno dos direitos civis e políticos”. Sendo assim a publicidade é um direito garantido a todo cidadão, esta publicidade enquadrada também (principalmente) o uso dos recursos públicos, ou seja, as contas públicas.

Conceitualmente, segundo o professor Gabriel Perissé a palavra Transparência tem origem do latim *transparens*, em que temos a preposição *trans-* (“através de”) e o particípio presente *parens*, de *parere* (“aparecer”) e significa a luz que passa através, permitindo ver o que, na opacidade, fica oculto, portanto a transparência é o ato de deixar-se ver, de mostrar-se.

Para Lima e Castro (2007) o termo Contabilidade Pública “é o conhecimento especializado da ciência contábil que aplica o processo gerador de informações os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental”.

Em síntese, a transparência ou a publicidade dos atos administrativos neste caso da prefeitura do município de Vitória da Conquista, é o resultado da associação à reivindicação

geral da democracia, mostrando cada vez mais a necessidade da população estar consciente sobre a gestão do governo para com sua utilização dos recursos públicos.

## **2.2 ESTADO DA ARTE**

Esta sessão apresenta algumas obras de autores envolvidos na área da Contabilidade e da Transparência Pública, cujo qual subsidiaram a pesquisa para um melhor aperfeiçoamento de sua temática. Além de obras bibliográficas, a pesquisa explorou sítios eletrônicos, onde extraiu importantes dados para a sua consagração.

**Quadro 1 – Estado da Arte**

<b>TIPO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR (ES)</b>	<b>ANO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>IDEIA PRINCIPAL</b>	<b>LINK/LUGAR</b>	<b>DATA DE ACESSO</b>
Legislação	Portal Legislação Constituição Federal	—	1988	—	—	Demonstra todos os preceitos da Lei.	<a href="http://www4.planalto.gov.br/legislacao">http://www4.planalto.gov.br/legislacao</a>	20 de Janeiro de 2013.
Livro	Teoria da Contabilidade	Sérgio de Iudícibus	2004	—	—	Aborda a evolução e princípios e postulados que fundamentam a Contabilidade de modo geral em caráter teórico.	São Paulo – SP	—
Livro	Contabilidade Pública	Diana Vaz de Lima e Róbison Gonçalves de Castro	2007	—	—	Relata o conhecimento da Contabilidade atrelada a Administração Pública.	São Paulo - SP	—
Artigo	Transparência e Controle	—	2011	—	—	Esclarece as informações sobre as contas e transparência de todas as informações da prefeitura para a população	<a href="http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/categoria/secretaria/transparencia-e-controle/">http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/categoria/secretaria/transparencia-e-controle/</a>	10 de novembro de 2012.

Fonte: Elaboração da autora (2013).

## 2.3 MARCO TEÓRICO

### 2.3.1 Objetivo e Evolução da Contabilidade

Entender os objetivos da Contabilidade é de suma importância para que possamos compreender as estratégias traçadas por esta ciência para o alcance de suas metas. Sabe-se que a Contabilidade continuamente vem se desenvolvendo para responder aos anseios de seus usuários tendo como objetivo a geração de informações para análise, controle e tomadas de decisões. Para Favero et al. (2011, p. 1):

Os objetivos representam os motivos pelos quais determinada atividade é desenvolvida [...] Assim como as demais áreas de conhecimento, a Contabilidade desenvolveu-se buscando responder aos anseios da sociedade, tendo como objetivo gerar informações para o controle e tomada de decisões.

Já, para Iudícibus (2004, p. 21), os objetivos da Contabilidade se definem:

O estabelecimento dos objetivos da Contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas: ou consideramos que o objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a Contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

Seja qual for a vertente, de modo geral temos que o objetivo da Contabilidade é fornecer aos seus usuários (pessoas ou entidades) informações não complexas direcionadas de acordo a necessidades de cada um. Ainda, como ressalta Iudícibus (2004, p. 25):

O objetivo básico da Contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais. Não conhecemos suficientemente, ainda, todos os detalhes de cada modelo decisório de cada usuário. Enquanto isso não for conseguido, não poderemos atender igualmente bem, em todo e qualquer tempo, a todos os usuários.

Sobre a Evolução da Contabilidade, temos que a geração de informações oportunas aos usuários que delas necessitam com o fim de alcance de metas em seu caráter de plenitude são práticas não exatamente recentes, sobre isso muitos historiadores equalizam seu surgimento com a história da evolução do homem, devido às atuações de registros e repasses

de informações. Mas foi a partir do século XIII, que a Contabilidade se destaca devido ao aquecimento nas atividades econômicas. Como afirma, Iudícibus (2004, p. 35):

Em termos do entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado da arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações.

Com toda essa propagação das atividades econômicas a necessidade do exercício contábil tornou-se gradativamente indispensável, no entanto, pode-se afirmar que mesmo com toda evolução das necessidades e tipos de usuários, algo ainda permanece inalterado que é o objetivo principal da Contabilidade nos fornecimentos úteis e fidedignos de informações aos seus usuários.

### ***2.3.1.2 Informações Contábeis e suas Qualidades e Usuários***

Como já salientado no decorrer deste artigo, um dos objetivos da Contabilidade é fornecer aos seus usuários um conjunto básico de informações que pretenda atender suas necessidades sejam elas financeiras, gerenciais, administrativas ou operacionais.

Possuindo como objeto de estudo o Patrimônio, a Contabilidade através de diversos métodos analisa, apura e registra informações de muito valia para usuários internos e externos. Sendo os internos representados pelos gestores, administradores e funcionários e os externos acionistas, credores e autoridades governamentais. Como relata Iudícibus e Marion (1999, p. 56):

A contabilidade tem por objeto o estudo do patrimônio, através da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial das pessoas físicas ou jurídicas, seja esse patrimônio resultante da consolidação de patrimônios de outras entidades distintas ou a subdivisão do patrimônio de uma entidade em parcelas menores que mereçam ser acompanhadas em suas mutações e variações.

Estas variações são acompanhadas pelos usuários a fim de melhor norteá-los, para a tomada da mais eficaz e eficiente decisão. Percebe-se que no decorrer da evolução da Contabilidade, obteve-se também uma diversificação de seus usuários com base em suas reais

necessidades. Em um quadro extraído da obra de Iudícibus, podemos observar os principais tipos de usuários e suas essenciais metas acerca das informações contábeis:

**Quadro 2 – Tipos de usuários x informações contábeis**

<b>Usuário da Informação Contábil</b>	<b>Meta que Desejaria Maximizar ou Tipo de Informação mais Importante</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acionista minoritário</li> <li>• Acionista majoritário ou com grande participação</li> <li>• Acionista preferencial</li>   <li>• Emprestadores em geral</li>   <li>• Entidades Governamentais</li> <li>• Empregados em geral, como assalariados</li> <li>• Média e alta administração</li> </ul>	<p>Fluxo regular de dividendos.</p> <p>Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.</p> <p>Fluxo de dividendos mínimos ou fixos.</p> <p>Geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.</p> <p>Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.</p> <p>Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.</p> <p>Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.</p>

Fonte: Iudícibus (2004, p. 23).

Há ainda, quem classifique os usuários contábeis como sendo: internos e externos, os primeiros remetem-se àqueles que trabalham nas entidades empresariais ocupando cargos que são necessárias as tomadas de decisões, podemos citar como exemplos dessa classe os gerentes, os diretores, os encarregados de produção, os chefes de departamento, entre outros, ou seja, incluem-se nesta classe os administradores de todos os níveis cujo qual, busca e necessitam de informações mais apuradas e aprofundadas acerca da Entidade em que estão submetidos seu controle e gerenciamento.

Já os usuários externos enquadram-se como aqueles que não têm vínculo com determinada empresa, mas que necessitam de informações para a tomada de decisões acerca de tributação, garantias de recebimentos etc. Podemos citar como parte dessa classe as instituições governamentais e/ou financeiras, fornecedores, sindicatos, acionistas, quotistas dentre outros.

## 2.4 CONTABILIDADE PÚBLICA ASPECTOS GERAIS

### 2.4.1 Contabilidade Pública: Conceito, objetivo e objeto

Em resumo, podemos definir a Contabilidade Pública como a ramificação da Contabilidade propriamente dita, a importância de primeiramente entender os preceitos dessa ciência cujo foco está em volta do patrimônio e suas variações.

No entanto, a Contabilidade Pública além de voltar-se ao patrimônio e suas variações, visa através de seus operadores (gestores públicos) utilizarem as informações financeiras e gerenciais, para planejamento orçamentário econômico-financeiro, ao qual em uso legal beneficia o interesse coletivo.

Segundo Lima e Castro (2007, p. 27) a Contabilidade Pública pode ser definida como:

[...] o conhecimento especializado da Ciência Contábil que aplica no processo gerador de informações os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental, de sorte a oferecer à sociedade informações amplas e acessíveis sobre a gestão da coisa pública.

Assim, podemos relatar que, o objetivo da Contabilidade Pública, apoia-se ao fornecimento de informações consubstanciadas nos relatórios e nas análises desenvolvidas pelos contadores sobre a execução orçamentária, financeira e sobre o patrimônio público e suas variações aos diversos usuários, neste caso os usuários se enquadram em duas vertentes de um lado os dirigentes públicos que utilizarão das informações contábeis para tomadas de decisão e na outra vertente, a sociedade que analisará e ficará “a par” da movimentação dos recursos captados e sua aplicação na comunidade.

Mesmo com toda importância e necessidade dos preceitos da Contabilidade Pública aos seus executores e usuários, sua formulação e padronização veio e vem uniformizando-se aos poucos, dentre estas mudanças, destaca-se em meados de 2008 a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), específicas para o setor público, além da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. É importante frisar, que antes de entrar em vigor estas normas, o setor público contava apenas com o auxílio da Lei 4.320/64.

Assim tendo como um dos principais objetivos da Contabilidade Pública o “transparecer” das ações dos governantes públicos, perante a sociedade, faz-se necessário também uma norma “modelo-padrão” para uso destas entidades, fato este que ocorreu da seguinte forma: A primeira norma a ser aprovada no Brasil foi em 1922 com o Código de

Contabilidade da União, posteriormente, foi aprovado o Decreto-lei nº 2.416, de 17 de julho, e atualmente vigora desde março de 1964 a Lei Complementar nº 4.320.

A Lei 4.320/64 divide a Contabilidade no setor público em dois campos: analítica e sintética. Como ressalta Castro e Garcia (2008, p. 22-23):

[...] a analítica representa, para a área pública, o que o escritório contábil representa para a iniciativa privada. É o contador que detém a documentação e assina pela fidedignidade dos balanços [...] A contabilidade sintética surgiu da necessidade de informações consolidadas por meio dos balanços. Com o advento do SIAFI, em 1987, isso passou a ser calculado automaticamente pelo sistema e o sintético hoje é o somatório dos analíticos sem necessidade de utilizar débitos e créditos.

No entanto, mesmo com objetivo principal focado aos interesses das informações de caráter financeiro-orçamentário, a Contabilidade Pública ultimamente vem com novas táticas de trabalho sendo uma delas a visão gerencial. Que conseqüentemente acabou surgindo a Contabilidade Gerencial, cujo objetivo é permitir aos gestores públicos uma visão global e transparente de seus gastos administrativos. Como afirma ainda, Castro e Garcia (2008, p. 23):

Ela visa a uma avaliação gerencial do custo/benefício das ações governamentais, realizando para isso, uma análise mais abrangente, que vai além dos aspectos orçamentários e financeiros, pois inclui as ações físicas e resulta em comparação do custo dos impostos arrecadados com os benefícios oferecidos para a sociedade.

#### **2.4.2 Campo de Aplicação da Contabilidade Pública**

Por tratar da coisa pública, e instrumentalizar as atividades da administração Pública do Estado visando à satisfação das necessidades do povo, o seu campo de aplicação compreende os entes públicos, incluindo as entidades da administração direta e indireta cujas quais são obrigadas a manter as contas consolidadas. Mais precisamente, a Contabilidade Pública é aplicada a todos os entes que recebam, guardam, aplicam ou movimentam os recursos públicos.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP (NBC T16.1), o campo de atuação da Contabilidade Pública, pode assim ser aplicada:

O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público.

8. As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o

seguinte escopo:

- (a) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais;
- (b) parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

## 2.5 A ERA INFORMACIONAL E SEU ACESSO

A busca incessante de melhorias e descobertas de novas ferramentas que possibilitem avanços no trabalho, atividades diárias, etc. é uma característica comum do ser humano. Em se tratando do processo produtivo, o homem evoluiu gradativamente seja na otimização da mão-de-obra flexibilizando e segregando as atividades até a otimização e “parceria” com novos métodos, como a utilização da tecnologia momento este, a que muitos pensadores entendem por: “A Era da Informação”.

Neste contexto, para muitos estudiosos, esta realidade contemporânea vive em meio àquela denominada: terceira Revolução Tecnológica. Iniciada nos Estados Unidos em aproximadamente na década de 60, essa revolução possibilitou a nação mundial ao acesso e a busca de conhecimento desta os diversos campos seja científico, social, político, etc..

Para o sociólogo e pensador Manuel Castells, a Era do Acesso ou pra ele denominada como: “Revolução das Novas Tecnologias da Informação” ou “Era da Informação”, “é um período que marca a interligação de aspectos econômicos, sociais e culturais, graças a tecnologia, fazendo surgir uma sociedade em rede , informada e mais participativa”. (ISTOÉ, 1999).

Em entrevista para a ISTOÉ, na edição de 09 de junho de 1999, Manuel Castells, expõe sua opinião sobre política, tecnologia e privacidade. Em algumas de suas citações Castells deixa claro sobre a nova esfera pública de acesso as informações a sua visibilidade e generalização seja a dados governamentais até estilos de vida de outras nações: “Pode-se escutar tudo, gravar tudo, interferir em qualquer mensagem. Toda a vez que se usa um celular ou um PC ligado em rede, à gente se expõe na esfera pública”.

A interferência da informação tecnológica na Contabilidade é destaca por Castro e Garcia (2008, p. 5):

A informática veio trazer a possibilidade de simplificar os instrumentos da operacionalização da contabilidade e, com isso, trazer mais exatidão aos registros e, ao mesmo tempo, liberar o profissional para efetuar análises contábeis e elaborar relatórios gerenciais em vez dos antigos lançamentos de débitos e créditos.

Já sobre a Era de Acesso informacional no que diz respeito ao âmbito estatal, conclui-se que estão sob pilares de fundamentos constitucionais e legais, ao qual podemos atribuir como seu ingresso a partir da instituição da Lei da Responsabilidade Fiscal de 2000, em que através da parceria Estado *versus* Tecnologia possibilitou a inclusão da sociedade detendo-as de maiores direitos ao acesso das informações dos gestores públicos.

Anos mais tarde ao da instituição da LRF/00, em 2011, foi constituída a Lei de Acesso a Informações (LAI) – , que finalmente regulou direitos de acesso previstos na Constituição Federal de 1988, tendo por objetivo regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas atingindo aos três Poderes: da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A LAI em sua essência pretende estabelecer critérios para a restrição da informação, transformando a sociedade mais consciente e participativa em relação às ações governamentais.

## **2.6 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), A LEI DO ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) E DA LEI 4.320/64**

### **2.6.1 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**

Regulamentada em 04 de Maio de 2000, a LRF, tem como objetivo estabelecer através de Regime nacional, normas a serem seguidas aos entes federativos brasileiros (estados e municípios) quando relacionados aos seus gastos públicos.

A necessidade de se incorporar novos conceitos na contabilidade pública era uma busca contínua, já que a base utilizada era extraída da Lei 4.320/64, ao qual já se mostrava defasada, a LRF, que implantou novas contas nos demonstrativos, além da instituição do regime de caixa possibilitou uma maior harmonia da gestão responsável dos recursos públicos.

Como afirma Castro e Garcia (2008, p. 195):

Muito antes do advento da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), as áreas econômicas do governo vinham solicitando informações da Contabilidade em formatos e conteúdos diferentes da estrutura dos balanços definidos pela Lei nº4.320/64, pois a informação padecia de alguns limites, como a falta de correção dos ativos e passivos permanentes, principalmente, a não-correção das dívidas públicas em tempo real, o fato de considerar nas demonstrações as despesas liquidadas e não as pagas, inclusive previsão de existência de despesas com

pendência da contrapartida de bem recebido ou serviço prestado, no caso os conhecidos restos a pagar não processados.

Cabe ressaltar que a Lei 4.320/64 ainda esta em vigor e a LRF surge como sua complementação no que tange a normatização das finanças públicas. Com a LRF pretendeu-se também regulamentar o artigo 163 da Constituição Federal, oferecendo-lhe um maior controle das contas públicas, sendo assim um mecanismo de maior rigor.

A LRF, como instrumento de fiscalização e transparência busca reforçar a atividade de planejamento, evitando gastos extraordinários e desnecessários como evitar a dívida pública, permitindo contudo, uma maior participação da população para se consulta e apreciação.

Esse caráter gerencial apresentado pela LRF busca em suma, como á salientado a disponibilidade e acesso dos gastos públicos perante a sociedade e também o controle maciço da atuação dos administradores públicos, para que se utilize de forma consciente apenas os recursos disponíveis evitando omissões e dívidas.

## **2.6.2 Lei do Acesso à Informação (LAI)**

Promulgada em 18 de novembro de 2011, a Lei Federal nº 12.527, denominada de Lei de Acesso à Informação (LAI). Essa lei busca a disposição do direito ao acesso da informação e sua restrição.

A Lei nº 12.527/11 regula o acesso a informações, que está previsto no inc. XXXIII, do art.5º; 37, § 3º, II; e 216, §2º da Constituição Federal, que reza:

Art. 5º [...] XXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

A Lei de Acesso a Informação, se aplica a toda administração brasileiros sendo esta direta ou indireta, Estados, Municípios e o Distrito Federal e pretende garantir ao cidadão o acesso à informação de seu interesse e que deve ser prestada pelo poder público sob pena de responsabilidade.

### **2.6.3 A Lei 4.320/64**

A Lei 4.320, de 17 de março de 1964, trata das normas gerais do Direito Financeiro, no que tange a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Adaptado art.1º)

Mesmo com quase 50 anos em vigor, e apesar de já ter sido complementada pelas novas normas instauradas pela vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 4.320/64, se mostra atual quando determina a padronização dos métodos e procedimentos utilizados nas atividades de contabilidade e finanças para o setor público.

O direito e a busca incessante da participação da população, para com as atividades do governo, faz com que as normas da Administração Pública sejam alteradas, uma delas é o exercício das atividades dos gestores que visem à qualidade de vida da sociedade, como a otimização e responsabilidade dos recursos públicos sem cometer o desvio de finalidade. Essa boa conduta pode ser explicada, pelos novos avanços do planejamento tributário e do orçamento público.

## **2.7 TRANSPARÊNCIA SUA IMPORTÂNCIA E ASPECTOS LEGAIS**

A evidenciação das informações contábeis se faz com o intuito de garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários baseadas na ideia de informa-los sobre o conhecimento e os procedimentos contábeis, com o objetivo de que tomem decisões devidamente esclarecidas dos procedimentos de forma não enganosa.

Neste conceito, ligada diretamente ao princípio constitucional da publicidade no âmbito da contabilidade a Transparência em termos gerais revela-se como um dos principais objetivos da Administração Pública contemporânea, resultando em um fortalecimento da

democracia possibilitando um maior desenvolvimento da cidadania e participação deste nos atos governamentais.

Segundo Culau Fortis (2006), a transparência pode ser entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, sendo este um dos pilares em que se assenta LRF, onde transparência, além de se constituir como um dos requisitos fundamentais da boa governança, cumpre a função de aproximar o Estado da sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública. Os governantes, ao estarem obrigados a prestar contas de sua gestão, submetem o seu desempenho à avaliação da sociedade.

Capaz de propiciar maior confiabilidade e eficiência nas ações governamentais, a transparência constantemente vêm contribuindo para redução da corrupção no espaço público e de tornar as relações entre o Estado e a Sociedade civil mais democrática.

Logo, a Transparência constitui-se como requisito fundamental para uma boa governança e um elo entre a Sociedade Civil e o Estado, apresentando-se como importante instrumento de disponibilização de informações de forma clara e confiável.

## **2.8 A TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS NA PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

### **2.8.1 Caracterização da Cidade**

Considerada a terceira maior cidade do estado da Bahia, o município de Vitória da Conquista, possui uma superfície de 3.204,5 km<sup>2</sup>, é composta segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013 por uma população de 336.990 habitantes.

O município conquistense possui como Vias de acesso a BR-116, a BA-262 a BA-263 e a BA-265 como seus distritos as regiões de Bate-Pé, Cabeceira da Jiboia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião e Veredinha e seus Municípios limítrofes: Cândido Sales, Belo Campo, Anagé, Planalto, Barra do Choça, Itambé, Ribeirão do Largo e Encruzilhada. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2013).

Situada na região econômica do Sudoeste, Vitória da Conquista apresenta um dos PIBs que mais se evoluem na região dotando ainda segundo o IBGE (2013) um Produto Interno Bruto (PIB) – de 3.469 (R\$ bilhões) e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

- 0,708. A suíça baiana como é conhecida apresenta um clima agradável em média 20° C, com uma altitude próxima de 1.000m acima do nível do mar e a ausência de geadas o que propicia a produção de café, destacando-se assim como uma importante produtora de café para a região. Além, de importante produtora de café e de outras culturas agrícolas (cana-de-açúcar, eucalipto), a economia do município é movida também, pelo crescente desenvolvimento na construção civil, educação, saúde e prestação de serviços.

### **2.8.2 A Transparência das Contas Públicas na Prefeitura de Vitória da Conquista**

Criado em 2011, a página eletrônica “Portal da Transparência” do município de Vitória da Conquista, visa, de maneira prática e fácil, à divulgação para a sociedade do uso do dinheiro público na cidade. O portal pode ser acessado por qualquer usuário na *internet*.

O propósito do portal é a utilização de uma linguagem simples permita a população ter acesso a rede de computadores, afim de compreender facilmente as informações relativas as receitas, despesas e aos programas de execução realizadas pela gestão.

Embora, o Portal da Transparência tenha sido um avanço para manter as ações dos agentes públicos da prefeitura acessíveis à população, é importante falar sobre a “Secretaria Municipal da Transparência e do Controle”, que foi instituída em meados de 2009, localizada nas dependências da prefeitura que fica na Praça Joaquim Correia, nº 55, Centro, destacando o município conquistense como o primeiro do gênero a implantar um espaço físico que oferecesse a comunidade maior participação e acessibilidade aos projetos do governo, aos gastos, receitas, projetos sociais, enfim, a todas as ações que envolvesse recursos e interesse público.

Segundo informações do próprio *site* da prefeitura divulgados em fevereiro de 2013, temos que:

O quadro da nova secretaria foi composto, em sua maioria, por servidores efetivos que foram remanejados. Em pouco tempo, a junção das funções de elaboração e monitoramento dos projetos permitiu mais eficiência no controle das ações e, conseqüentemente, mais agilidade e economia de recursos. Nesse sentido e a fim de incrementar as ações de controle social do Governo Municipal, Vitória da Conquista foi a primeira do Brasil a firmar um termo de cooperação técnica com a Controladoria Geral da União (CGU). (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2013).

É importante ressaltar que, a acessibilidade das informações da prefeitura conquistense não se limita apenas ao Portal e a Secretaria, a prefeitura também, procura envolver ainda mais a população através de audiências em que, tratam de temas da transparência das contas e como o conhecimento destas pode estar mais próximo da sociedade.

Ainda com base em fatos fornecidos pelo *site*, cabe ressaltar a 1ª Conferência Municipal da Transparência, promovida pela Secretaria de Transparência e Controle, ocorrida em 25 de Fevereiro de 2012, em que estiveram presentes autoridades públicas e políticas, representantes de bairros da cidade e estudantes.

O intuito da Conferência foi “debater essas questões e intensificar a participação da sociedade civil na fiscalização, controle, monitoramento e avaliação da gestão” (retirado do *site*). Ainda segundo o Sr. Idelzito Rocha, coordenador do Movimento Unificado das Associações de Moradores e representante da sociedade civil:

O evento proporcionou um espaço de participação para discutir e debater a criação de mecanismos de interesse da sociedade com o objetivo de que ela intervenha na administração pública de forma legítima, indicando sugestões que possam contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e democratizada.

### 3 METODOLOGIA

Para que uma pesquisa possa ser considerada científica, ela precisa ter qualidade de utilidade à comunidade, como relata Nunes (2000, p. 24) “o trabalho de cunho científico tem de ser útil à comunidade científica à qual se dirige, bem como, numa pretensão mais alargada, a toda comunidade”.

Investigar o contexto ao qual se está inserido é uma das prerrogativas que qualificam uma pesquisa. Segundo Chizzotti (1991, p. 11) “A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para essa atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta e a experiência passada e atual.” Desta forma, buscou-se uma metodologia capaz de propiciar informação para substanciar a pesquisa e qualifica-la como científica.

Segundo Thiollent (1996, p. 25) a metodologia “consiste em analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização”, ou seja, a metodologia pode ser entendida como o conjunto de métodos que se tem a disposição para o alcance de um objetivo sendo esta, uma explicação minuciosa adotada com o intuito de se esclarecer algo ou confirmar determinado fenômeno através de informações colhidas e de toda a observação para realização da pesquisa.

Para a exposição das respostas perante as indagações desta pesquisa, foi utilizada a abordagem paradigmática qualitativa, Como relata Martinelli (1999, p. 24) “Em pesquisas de abordagem qualitativa, todos os fatos e fenômenos são significativos e relevantes, e são trabalhados através das principais técnicas: entrevistas, observações análise de conteúdo, estudo de caso e estudos etnográficos”.

Sendo assim a abordagem paradigmática qualitativa, é uma técnica que através da identificação de determinados componentes inclusos em uma problemática o pesquisador de forma direta preocupa-se em analisar e absorver as informações do objeto estudado, ou seja, através de entrevistas, questionários, análise de dados, observações, etc.

Dessa forma, para qualificar esta pesquisa como qualitativa teve-se como ponto inicial a observação das características da Secretaria de Transparência de Vitória da Conquista, com foco no período de 2012. Posteriormente, pretendeu-se observar a atuação do gestor responsável pela secretaria, ao qual se estudou quais os verdadeiros preceitos da Prefeitura para com a sociedade.

Neste teor, utilizou-se a Observação Direta Extensiva que como afirma Lakatos e Marconi (2000, p. 201) “A observação direta extensiva realiza-se através do questionário, do formulário, de medidas de opinião e atitudes e de técnicas mercadológicas”. Sendo assim, para se chegarem às respostas das indagações desta pesquisa utilizou-se um questionário aplicado a Secretaria da Transparência da Prefeitura de Vitória da Conquista, respondida por o então assessor de gabinete.

É importante salientar que primeiramente buscou-se fazer uma entrevista com o responsável pela Secretaria, no entanto, não houve êxito, qualificando esta situação como uma limitação da pesquisa, o responsável pela atual gestão da secretaria alegou falta de tempo para conceder a entrevista e opinou na entrega de um questionário para seu assessor de gabinete responder.

Esta pesquisa compreendeu-se ainda sobre o método indutivo, em que segundo Lakatos e Marconi (2000, p. 86) “Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”, ou seja, o método indutivo possibilita a análise e classificação dos fatos para então, chegar a uma conclusão.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa foi de caráter exploratório-descritivo, para Lakatos e Marconi (2000, p. 188) “os estudos exploratórios – descritivos combinados [...] têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”. Sendo Assim, buscou-se através de observação e posteriormente, explorar e analisar o registro de como se estrutura o acesso e transparência das contas públicas da prefeitura de Vitória da Conquista, quais seus benefícios para a sociedade, o que almeja o que mudou após sua implantação, para então fundamentar a pesquisa. Gil (1996, p. 46), também relata que “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Devido à necessidade de se buscar maiores informações sobre o tema pesquisado utilizou-se uma investigação baseada nos gêneros: bibliográficos e eletrônico. Segundo Chizzotti (1998, p. 122) “A reunião e a seleção criteriosa da documentação bibliográfica sobre o problema de uma pesquisa permitem conhecer o seu estado atual, as investigações já realizadas, seus resultados, as explicações dadas, as questões controversas e os dados a serem pesquisados”. Já os gêneros eletrônicos cada vez mais vêm ganhando espaço e significativa

importância, devido seu acúmulo de diversas e variáveis informações de um ou diversos assuntos, e seu compartilhamento e acesso através da *internet* para um ou ilimitados usuários.

*A internet*, rede mundial de computadores, tornou-se uma indispensável fonte de pesquisa para os diversos campos de conhecimento. Isso porque representa hoje um extraordinário acervo de dados que está colocado à disposição de todos os interessados, e que pode ser acessado com extrema facilidade por todos eles, graças à sofisticação dos atuais recursos informacionais e comunicacionais acessíveis no mundo inteiro. (SEVERINO, 2000, p. 133).

As informações bibliográficas possibilitaram principalmente a busca de informações em relação à caracterização da Contabilidade Pública, já para absorção de informações sobre a Transparência das Contas Públicas da Prefeitura, utilizou-se como fonte principal o gênero eletrônico.

Esta pesquisa foi pautada em caráter de estudo de caso, segundo Gil “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo”. Logo, pretendeu-se neste trabalho debruçar-se sobre o estudo da transparência das contas públicas de Vitória da Conquista no exercício de 2012, em que se almejou ainda a descoberta dos avanços e perspectivas dessa prática. Gil (1996, p. 121) afirma ainda que, “[...] na maioria dos estudos de casos é possível distinguir quatro fases: delimitação da unidade-caso; coleta de dados; análise e interpretação dos dados e redação do relatório”.

Como já salientado, a delimitação da unidade caso buscou-se chegar à compreensão do funcionamento da Transparência das Contas da Prefeitura, para que então os resultados fossem alcançados.

No que se remete a coleta de dados além da observação e análise de documentos sejam eles bibliográficos ou eletrônicos durante a pesquisa propôs-se a formulação de uma entrevista gravada com o gestor da Secretaria da Transparência, no entanto, o gestor estava impossibilitado, por motivos declarados acima, permitindo apenas a resolução de um questionário o qual seu assessor de gabinete foi delegado para responder.

Já a análise e interpretação dos dados possibilitou após toda a coleta de dados, chegar a uma conclusão e analisar se os resultados encontrados corresponderam às premissas de seus objetivos. Por fim a redação do relatório, ainda segundo Gil (1996, p. 124) “há relatórios de pesquisa em que autores descrevem exaustivamente os dados obtidos, transcrevem documentos na íntegra, relatam minuciosamente as observações[...]”, neste estudo procurou

descrever conforme as fontes estudadas todas as informações relevantes que atendessem aos objetivos desta pesquisa.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Nesta sessão serão apresentados os dados colhidos através do questionário aplicado na Secretaria de Transparência e Controle de Vitória da Conquista – BA, juntamente com informações disponibilizadas no *site* da prefeitura, particularmente no Portal da Transparência. Utilizou-se também um pareamento das informações encontradas para com a Lei da Informação e do Acesso (LAI).

### 5.1 IDENTIFICAR OS MÉTODOS UTILIZADOS PARA A PUBLICIDADE DAS INFORMAÇÕES

Entender como a gestão da prefeitura de Vitória da Conquista publica as informações referentes às contas, foi uma das premissas buscadas pela pesquisa. As primeiras perguntas do questionário retratam esse objetivo e ainda acrescentam informações no que tange: atualização e conteúdo.

Sabe-se que segundo a Lei de Acesso a Informação, instituída em 18 de novembro de 2011, pela nossa atual presidenta Dilma Rousseff, fica determinado à garantia de acesso à informação aos órgãos de administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

Ainda segundo a Lei de Acesso à Informação, em seu inciso § 2º do art. 8 fica determinado que “Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*)”.

A prefeitura avançou após ter instituído a Secretaria da Transparência e do Controle estando mais próxima da sociedade sendo assim, com o intuito de descobrir como estão sendo as divulgações das informações tanto na Secretaria quanto no portal da Transparência no ano de 2012, com os estudos desta pesquisa tentou responder a essas indagações na primeira pergunta, em que o respondente afirmou que a divulgação das informações tem ocorrido através: “Sistema de informação ao cidadão, audiência públicas, palestras nas escolas, plenárias no orçamento participativo e reuniões dos Conselhos Setoriais.”

Na mesma pergunta foi questionado projeções para implantação de novos meios para divulgação da informação, no entanto, não houve respostas. Com relação ao conteúdo divulgado no Portal da Transparência (*site*) da Prefeitura de Vitória da Conquista, evidenciou-

se algumas “falhas”, para compreendê-las foi questionado na terceira e quinta pergunta e aleatoriamente a nona e a décima.

Da terceira a quinta pergunta, a pesquisa atentou-se a consulta de dados anteriores aos anos de 2008 e 2011 e ao período estudado de 2012 na sessão “Convênios” do portal que não estão divulgadas e as que estão apresentam-se incompletas, também na sessão “Fale Conosco” foi observado à falta de informações disponíveis, em que sobre esses fatos os respondente discorreu:

As informações e os dados são consultados diariamente e carregados com base no fluxo dos processos e da rotina de execução. O ícone específico sobre convênios na página do Portal está em fase de construção. Não tínhamos tecnologia suficiente e avançada para importar os dados do Governo Federal, mas estamos trabalhando para que até o primeiro semestre de 2014 já esteja plenamente atestado.

Em relação às informações incompletas como a parte de “Justificativas”, o respondente afirma que:

A Justificativa constante ao Portal referente aos Convênios trata-se de justificativa de pleito ao utilizarmos para celebração do próprio convênio, cujos textos médios ficam acima de 5.000 caracteres, o que inviabiliza a caracterização da mesma. O Programador já esta estudando a retirada do campo.

Ainda em relação ao conteúdo, a Lei de Acesso a Informação diz em seu inciso 3º do art. 8º que os sítios eletrônicos devem “conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;” este pressuposto foi questionado na quinta pergunta do questionário, em que o respondente afirmou de forma não tão clara: “Todas as informações e publicações são encontradas na página da PMVC Portal da Transparência, Sistema de Informação ao Cidadão, Diário Oficial, visando aumentar o acesso aos assuntos de interesse ao cidadão”.

A sexta pergunta buscou saber como funciona a estrutura organizacional da Secretaria e quais os horários de atendimento ao público. Sobre isto o respondente, afirmou:

A Secretaria Municipal da Transparência e do Controle (SMTC) – tem o seguinte organograma:  
 Gabinete do Secretário;  
 Assessoria de Gabinete;  
 Coordenação de Controle e Auditoria – Gerência de Prestação de Contas;  
 Coordenação de Eficiência de Programas e Projetos – Gerência de Monitoramento, da Execução de Programas e Projetos;

O nosso horário de atendimento ao público é de 08h00minh as 18h00minhs, com intervalo para almoço de 12h00minh ás 14h00minhs.

Com relação à participação da sociedade aos atos de transparência da prefeitura no sétimo questionamento, quais as perguntas mais frequentes destes, e logo o respondente ressaltou: “Atualmente tem sido sobre o Concurso Público, Programa Minha Casa Minha Vida. Receitas, Despesas sobre os convênios, remuneração dos servidores, execução orçamentária”.

As perguntas oitava, nona e décima, respectivamente, dedicaram-se exclusivamente ao conteúdo das informações, com base em estudos feitos na LAI e Portal Índice de Transparência (*site* que avalia das avaliações os portais de transparência dos 26 estados e do Distrito Federal, com notas de zero a dez.) durante a elaboração da pesquisa, buscou saber como a prefeitura tem-se atentando a estas normas, se está ou não emitindo informações ao público de modo correto.

Em seu inciso 3º a Lei de Acesso a Informação afirma,

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nºs 186, de 9 de julho de 2008.

Sendo assim, na oitava questão foi perguntado sobre as medidas adotadas pela prefeitura para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência, o respondente afirmou que: “Sim, estamos ajustando o nosso sistema para o atendimento integral, e o que preconiza a legislação o sistema já atende parcialmente”.

Nas perguntas nona e décima a pesquisa dedicou-se pelo estudo do conteúdo das informações disponibilizadas pela prefeitura conforme o que o Portal índice de Transparência julga como adequado. Deste modo, fica exposto na nona pergunta, a indagação sobre como os gestores da prefeitura de Vitória da Conquista veem o Portal da Transparência desta cidade, caso fosse analisada pelo Índice da Transparência se estaria enquadrado em padrões de qualidade. O respondente, afirmou:

O nosso município foi o primeiro no Brasil a criar uma Secretaria da Transparência e do Controle. Antes da criação da Lei de Acesso a Informação já tínhamos essa preocupação, e o nosso Governo saiu na frente. Temos ajustes a fazer, correções a efetuar. Saímos na frente e estamos avançando, construindo, nos modernizando, recebendo sugestões e críticas.

Ainda com base nos preceitos do Portal Índices de Transparência, foi perguntado na décima pergunta, ao respondente sobre a disponibilização de alguns tópicos que estão ausentes no *site* do Portal da Transparência de Vitória da Conquista, sendo estes: salários dos servidores, banco de dados para downloads, formulário de buscas. Foi questionado também sobre as projeções futuras para mudar esses fatos. Obteve-se a seguinte resposta: “No nosso Portal da Transparência já de algum tempo publicamos a remuneração de todos os servidores, todos tem acesso: [transparenciaconquista.ba.gov.br](http://transparenciaconquista.ba.gov.br), ícone servidores”.

## **5.2 VERIFICAR SE A ATUAÇÃO DA PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA PERANTE A TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS SE ATENDEM AOS ASPECTOS LEGAIS**

É constitucional o direito de todo cidadão acompanhar a atuação da administração pública, seja no que se referem a despesas, receitas, projetos de execução entre outros. Além da “Carta Magna” (Constituição Federal) muitas são as leis complementares que são instituídas com o objetivo de reforçar o compromisso do gestor público para com a transparência aos cidadãos.

Neste âmbito temos as Leis: 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a mais recente a Lei Federal 12.527 que estipula aos órgãos, entidades e aqueles relacionados ao interesse público a disponibilização de informações a sociedade tanto em meios físicos quanto em caráter eletrônico (publicação na *internet*).

Assim, no que tange a aspectos legais, a prefeitura de Vitória da Conquista apresenta-se enquadrada nos parâmetros. Durante estudos para a pesquisa apurou-se que a Prefeitura foi à única do gênero da Bahia a implantar um espaço físico denominado “ Secretaria Municipal da Transparência e do Controle” no ano de 2009, o que possibilitou um menor estreitamento entre a sociedade e a prefeitura, deixando-os mais atualizado sobre as ações do governo, dentre elas as receitas, despesas, projetos de execução, programas sociais.

Sobre o Portal da Transparência criado em 2011, a prefeitura visou aproximar-se ainda mais da população, estando também enquadrada conforme a Lei, embora fora, verificado no questionário as falhas encontradas pela pesquisa, como informações incompletas e ausência de algumas ferramentas do *site* são consequência da falta de uma eficiente Tecnologia da Informação, no entanto, como o mesmo respondente afirmou, providências já estão sendo agilizadas para solucioná-las ainda no primeiro semestre de 2014.

### **5.3 DESCOBRIR AS VANTAGENS E IDENTIFICAR OS AVANÇOS RESULTANTES PELA TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS PARA A GESTÃO DO MUNICÍPIO**

Após aplicação do questionário e através de estudos complementares no Portal da Transparência de Vitória da Conquista pôde constatar que, desde 2009 a prefeitura tenta manter uma parceria de diálogo com a população. Ainda em pesquisa ao *site*, identificou-se uma notícia fornecida pelo atual secretário municipal da Transparência e do Controle, o Sr. Nailton Prates.

Em matéria disponível no *site* da prefeitura (<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/noticias>), em que se evidenciaram quais as vantagens e identificou os avanços que a implantação da Secretaria e do Portal da Transparência tem trazidos para a sociedade conquistense.

Durante a notícia disponibilizada desde 1º (primeiro) de Fevereiro de 2013, o atual secretário afirma a importância de Vitória da Conquista ter sido pioneira na Bahia a ter implantado a Secretaria de Transparência e Controle além de possibilitar também ser a primeira a firmar um termo de cooperação técnica com a Controladoria Geral da União .

Nailton, afirma ainda: “Desde a criação da secretaria, vários benefícios foram alcançados, com destaque para as captações de recursos do Governo Federal que estão possibilitando a execução de obras e programas importantes. Um dos exemplos mais representativos é o projeto executivo da barragem do Rio Pardo, que já está sendo construído com recursos do Ministério da Integração Nacional que ultrapassam R\$ 3 milhões”, destaca o secretário municipal da Transparência e do Controle, Nailton Prates.

Com relação à implantação do Portal da Transparência o secretário ressalta a importância e o seu reforço em relação do compromisso do Governo Municipal, sendo esta “[...]uma política constante de diálogo entre a administração e a sociedade.”

Tratando-se das perspectivas, conforme os estudos e conteúdos anteriores expostos pela pesquisa, mesmo com todo avanço de ter implantado a Secretaria e de estar em conformidade com a Lei através da implantação do Portal da Transparência, cabe ainda uma tecnologia mais avançada, capaz de divulgar as informações com mais precisão, em que estão previstas para o primeiro semestre de 2014, como também outras mudanças.

Uma destas mudanças é a importante ação que será desenvolvida pela Secretaria da Transparência e do Controle nos próximos anos que consistirá no acompanhamento dos setores da Prefeitura Municipal onde forem implantadas, no início de 2014, as Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Este novo modelo de organização dará início à convergência do setor público aos padrões internacionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa abordar a prática da Transparência da prefeitura de Vitória da Conquista, durante o exercício de 2012. Com foco principalmente em como se dá essa atuação dos administradores públicos perante a sociedade, se está ou não emitindo informações em conformidade com a Lei.

Sabe-se que os governantes públicos são os representantes do povo, logo suas ações devem visar sempre o interesse público, a utilização dos recursos financeiros devem ser utilizados racionalmente para o progresso da sociedade e todos estes atos praticados devem ser publicados aos cidadãos.

Assim, a divulgação da informação pública é o reflexo da democracia, em que possibilita a sociedade um conhecimento necessário sobre a forma de gestão do Estado. Vale salientar que este preceito de acesso à informação é uma direito garantido por Lei.

Sobre a prestação de contas e a divulgação das informações emitidas pela prefeitura de Vitória da Conquista, a pesquisa procurou demonstrar como ocorre o processo, a estrutura dos setores responsáveis e quais as mudanças já percebidas desde sua implantação, além também de demonstrar as perspectivas.

Na prefeitura de Vitória da Conquista a divulgação das informações ganharam maior ênfase após a implantação de um espaço físico denominado de “Secretaria da Transparência e do Controle”, situado na própria prefeitura em que qualquer cidadão pode ir (a partir das 08:00 h até as 18:00h lembrando que no intervalo das 12:00h até as 14:00h a secretaria se encontra fechada devido o horário de almoço), caso o cidadão tenha interesse em buscar informações sobre a utilização do dinheiro público, despesas, receitas, projetos de execução.

A prefeitura destacou-se no âmbito da Transparência após a instauração desta Secretaria, pois foi a única na Bahia. Para fortalecer ainda mais seu laço com a comunidade conquistense, a prefeitura implantou em 2011, a página eletrônica “Portal da Transparência da Prefeitura de Vitória da Conquista”, dando-se ainda mais aos aspectos legais, principalmente no que tange a lei 12.527/11 a Lei do Acesso a Informação.

Mesmo enquadrando-se aos aspectos da Lei do Acesso à Informação, o Portal da Transparência de Vitória da Conquista apresenta ainda, algumas dificuldades para a publicidade de suas informações de modo pleno. Neste parâmetro foi observada durante as respostas do questionário aplicado, que uma destas dificuldades que veem acarretando muitos

outros problemas da divulgação das informações é a falta de uma Tecnologia da Informação eficaz.

A tecnologia utilizada apresenta-se com muitos problemas, os gestores sofrem dificuldades a postarem as informações no *site*, e como foi notado pela pesquisadora falta muitas sessões ainda estão em “construção”, para mudar esta situação e corrigir outros problemas, a prefeitura almeja para o primeiro semestre de 2014 aperfeiçoar ainda mais seus instrumentos de divulgação para manter ainda mais a sociedade participativa das ações de seus administradores públicos, e fica conscientes principalmente no que remete as contas públicas.

## REFERÊNCIAS

- BLOG PALAVRAS E ORIGENS DO PROFESSOR GABRIEL PERISSÉ. Disponível em: <<http://palavraseorigens.blogspot.com.br/2011/10/perigosa-transparencia.html>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- CASTRO, D. P.; MARIA GARCIA, L. **Contabilidade Pública no Governo Federal**. São Paulo: Atlas, 2008.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Costez Editora, 1991.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: <[http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/-2012/12/NBC\\_TG\\_GERAL\\_COMPLETAS\\_271112.pdf](http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/-2012/12/NBC_TG_GERAL_COMPLETAS_271112.pdf)>. Acesso em: dez. 2012.
- CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. A. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: XI CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2006, Guatemala. **Anais...** Guatemala, 2006.
- FAVERO, H. L et al.. **Contabilidade Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2011.
- GIL, A. C. **Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1996.
- IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa).
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/cartaservicocidadao/portalthtransparencia.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA- BA. Disponível em: <<http://www.transparenciaconquista.ba.gov.br/-home.php>>. Acesso em: 10 fev.2013.

PORTAL LEGISLAÇÃO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/-legislacao/const/>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). **Avanços e perspectivas:** Transparência garante acesso às contas públicas municipais. 2013. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/noticias/avancos-e-perspectivas-transparencia-garante-acesso-as-contas-publicas-municipais/>>. Acesso em: nov. 2012.

REVISTA ELETRÔNICA ISTOÉ. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/assuntos/-entrevista/detalhe/31800\\_A+MAQUINA+HUMANA](http://www.istoe.com.br/assuntos/-entrevista/detalhe/31800_A+MAQUINA+HUMANA)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

RIBEIRO, V. R. D. et al. **Manual de normalização para Relatórios de Estágio Supervisionado e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) para o curso de Ciências Contábeis.** Vitória da Conquista: [s.n.], 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez Editora, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa.** São Paulo: Costez Editora, 1996.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA**  
**COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Questionário elaborado pela discente CÂNDICE DE OLIVEIRA BOMFIM, lotada no X semestre do Curso de Ciências Contábeis da UESB, para fins de coleta de dados para a confecção da monografia, cujo tema refere-se a Transparência das Contas Públicas da Prefeitura de Vitória da Conquista – Ba, durante o exercício de 2012.

Respondente: \_\_\_\_\_

Cargo/ Função: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

#### QUESTIONÁRIO

Segundo art. 5º da LEI Nº 12.527 de 2011, “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.”

1ª – como foi (ano de 2012) e como esta sendo a divulgação do acesso às contas? Além da Secretaria da Transparência e do Controle; e do Portal da Transparência, há projeções para implantação de novos meios para divulgação das informações à sociedade?

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---







